

ELEIÇÕES 2000

Comissão de Direitos Humanos lança campanha contra compra de votos

Alvo são os centros sociais de vereadores que praticam o clientelismo

Maiá Menezes e Paula Autran

• A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, o Ibase, o Conselho Regional de Engenharia (Crea) e a Federação das Associações de Serviço Social (Fase) lançam, na sexta-feira, às 11h, no Largo da Carioca, campanha contra a compra de votos. Em mil unidades públicas do Estado, representantes das duas instituições e da Alerj distribuirão panfletos orientando o eleitor a votar. Em cada um deles, a mensagem: "Se você vender seu voto, ou trocá-lo por bem material ou por algum favor, sua escolha não terá nenhum valor. E essa prática, segundo a lei federal 9.840, é considera-

da crime. Crime para quem vende. Crime para quem compra também". A campanha pelo voto consciente já foi lançada em nove estados.

A campanha tem alvo: os centros sociais de vereadores e deputados. De acordo com levantamento feito pelo GLOBO, 16 dos 42 vereadores do Rio têm centros sociais.

— Temos que alertar o eleitor sobre os atendimentos em centros sociais, mediante pedido de votos. Isso é crime — disse o deputado estadual Chico Alencar (PT), que preside a comissão, na Alerj.

Na segunda-feira, a Comissão entrega ao Ministério Público dossiê com informações sobre os centros sociais no Estado. No fim de semana, asses-

sores do deputado Chico Alencar planejam percorrer cinco municípios, no Norte Fluminense, onde colherão dados sobre denúncias de clientelismo que chegaram à Comissão de Direitos Humanos.

— Vamos pedir punição para o clientelismo — diz Chico Alencar.

Câmara deve votar lei que tira nomes de centros sociais

O vereador Milton Nahom (PSB) disse ontem que vai reapresentar, na próxima semana, o projeto de lei que proíbe os vereadores de batizar os centros com seus nomes. Votado em junho, o projeto foi arquivado pelo plenário da Câmara.

— Vou reapresentar o proje-

to. Mas a gente precisa influenciar os vereadores. Para sofrer emendas, preciso de 14 assinaturas — disse Milton Nahom.

Ontem, inspetores do Conselho Regional de Odontologia (CRO) e policiais da Delegacia de Repressão a Crimes contra a Saúde estiveram no centro social do vereador Janualdo da Mardil (PMDB), em Jacarepaguá, e constataram que o protético Alex dos Santos, que trabalha no centro, não está inscrito no Conselho Regional dos Protéticos. Alex e três dentistas que atendem aos pacientes do núcleo não estavam lá na hora da inspeção.

Os dentistas que trabalham no Centro serão convocados a depor no CRO. ■